

Dividas destas comissões são ilegais.

O Palácio do Planalto está com a firme decisão de não admitir "corrupção" na contratação de empréstimos externos por empresas estatais, Estados e municípios, dentro do mecanismo chamado de relending. Por esse mecanismo, os recursos em dólares colocados à disposição do Brasil pelos bancos estrangeiros e depois contratados diretamente pelas empresas e governos, são internalizados e convertidos em cruzeiros. Acontece que a oferta desses recursos tem sido inferior à demanda, e isso permite que os banqueiros selecionem os tomadores e cobrem comissões adicionais consideradas ilegais pelo Banco Central.

Na próxima negociação com os bancos, o governo brasileiro colocará esse problema em discussão e será dito claramente que não se permitirá mais este esquema, bastante vantajoso para os bancos. O objetivo é moralizar os repasses de moeda forte já contratados. A denúncia partiu de um documento elaborado pelo Ministério do Planejamento, encampado pelo Palácio do Planalto. Em 1983 e 1984, o relending foi ostensivamente usado, e continuaria vigorando em forma piorada na proposta que o comitê de 14 bancos apresentou ao ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, quando este negociou a dívida externa brasileira, em bases plurianuais, em fevereiro último.

Comissões

O relending, segundo explicou uma fonte do Planalto, tem dado origem a muita corrupção na contratação (e repasse) de recursos externos já tomados pelo Banco Central, a exemplo do que aconteceu a partir do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, negociado pelo governo anterior, para amortizar a dívida externa e fortalecer as reservas. Na internalização dos dólares, algumas empresas esta-

tais transferem esse direito a empreiteiros e fornecedores que aceitam o pagamento de comissões de até 8% sobre as operações de re-empréstimos, em conchavo com os próprios bancos emprestadores. As instituições concordam muitas vezes, em pagar taxas "por fora" ao dirigente da entidade que solicita empréstimos. Depois, o empreiteiro ou o fornecedor que executa serviços para as estatais cobra integralmente as comissões pagas aos bancos, estourando o orçamento do próprio governo. Um exemplo desse tipo de operação, que o governo classifica como corrupção, aconteceu no Paraná no ano passado.

O mesmo informante disse que não mais será necessário negociar com o Fundo, devendo-se passar logo à redação da nova carta de intenção.

Argumentos de Esquivel

Adolfo Peres Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1982, voltou a defender, ontem, em Belém, a adoção de uma atitude política dos países da América Latina diante de sua dívida externa. Ele disse que, tecnicamente, a dívida é impagável, além de ser imoral e injusta. Argumentou que no caso da Argentina, 60% do dinheiro cobrado pelos banqueiros internacionais nunca ingressaram no país.

— Não é justo o país pagar pelo que não usou — diz Esquivel.

Falando para religiosos reunidos na III Assembléia Latino-Americana dos Capuchinhos, Esquivel lembrou que a Argentina e o Brasil passam por uma fase de transição da ditadura à democracia, enfrentando muitos problemas. Para ele, o governo Alfonsín vem tendo uma posição ambígua, que tem provocado críticas das organizações que lutam em defesa dos direitos humanos.